

Venha o teu reino

Thy Kingdom Come

Rubens Alves Costa*

* Doutorando em Ciências da Religião (Pontifícia Universidade Católica de Goiás) e Mestre em Ciências da Religião (Pontifícia Universidade Católica de Goiás).
Bolsista da CAPES/ FAPEG.
adm.rubensalvescosta@gmail.com

Recebido em: 14/07/2021

Aprovado em: 20/07/2021

Licença Creative Commons 4-0



abib
Associação Brasileira
de Pesquisa Bíblica

Resumo

“Venha o teu Reino” trata-se de um fragmento da “Oração do Pai nosso” articulada para denunciar relações de dominação. O evangelista Mateus viu na oração uma eficiente ferramenta para denunciar os métodos violentos que os agentes da dominação externa e interna levavam a efeito na geopolítica na qual a sua comunidade estava inserida. Entende-se que o escritor articula a coexistência de dois reinos simultaneamente – o Reino dos homens e o Reino de Deus. O Reino de Deus tratava-se da utopia almejada pelos comunitários de um novo tempo cheio de paz, solidariedade, partilha proveniente da justiça de Deus. O Reino dos homens era o Império Romano e as suas articulações violentas deixavam multidões de dominados em status de fome, miséria, prisões, doenças físicas e psicossomáticas. Ficou evidenciado que a utopia jesuânica de implantar o Reino de Deus na dimensão profana ainda não foi realizada. E, também que os Reinos mudam de nomes, mas não mudam de natureza.

Palavras-chave: Dominação. Império. Evangelho de Mateus. Justiça. Solidariedade.

Abstract

“Thy Kingdom come” is a fragment of the “The Lord’s Prayer” articulated to denounce relations of domination. The evangelist Matthew saw in the prayer an efficient tool to denounce the violent methods that the agents of external and internal domination carried out in the geopolitics where his community was inserted. It is understood that the writer articulates the coexistence of two kingdoms simultaneously - the Kingdom of men and the Kingdom of God. The Kingdom of God was the utopia desired by community members for a new time full of peace, solidarity, sharing arising from the justice of God. The kingdom of men was the Roman Empire and its violent articulations left multitudes of the dominated in status of hunger, misery, prisons, physical and psychosomatic diseases. It was evidenced that the utopia of Jesus for implanting the Kingdom of God in the unholy dimension has not yet been realized. And, also that the Kingdoms change names, but they do not change nature..

Keywords: Domination. Empire. Gospel of Matthew. Justice. Solidarity.

1 Introdução

A expressão literária “Venha o teu Reino”, abordada neste artigo, trata-se de um fragmento da oração vulgarmente conhecida como a “Oração do Pai nosso”. Ela foi e ainda é articulada para denunciar as relações de dominação.

Desde os tempos dos cristianismos primitivos, passando pela cristandade medieval e, chegando aos dias atuais, a “Oração do Pai nosso” é recitada nas liturgias dos cristãos a partir de uma perspectiva devocional. No entanto, de vulgar (comum, normal, usual) a oração não tem quase nada. Ao contrário, o evangelista Mateus viu nela uma eficiente ferramenta para denunciar os métodos violentos que os agentes da dominação externa e interna levavam a efeito na geopolítica onde a sua comunidade estava inserida. Então, *a priori*, o propósito do evangelista é antagônico à hermenêutica dos credulos primevos como também a dos crentes hodiernos que veem a “Oração do Pai nosso” apenas como uma regra devocional. Ainda, na perspectiva da oração como uma voz denunciadora entende-se que o evangelista articulava uma pedagogia da coexistência de dois reinos simultaneamente – o Reino dos homens e o Reino de Deus.

Minha tese é que o Reino dos homens trata-se do Império Romano e das violências praticadas pelos seus dirigentes que ao cabo de uma dominação que já durava quase dois séculos formatou e ‘empurrou’ a maioria da população para uma conjuntura de fome, miséria, prisões, doenças físicas e psicossomáticas. Além disso, houve as perdas patrimoniais que forçaram o êxodo do campesinato para bolsões de misérias (as favelas). E, o Reino de Deus, reivindicado na oração, entende ser a utopia almejada não só pelos membros da comunidade mateana, mas também, pelos nativos que faziam parte da base da pirâmide da sociedade da Palestina da era comum. A utopia daquele segmento da sociedade almejava uma nova ordem social repleta de paz que provém: da justiça; da misericórdia; da solidariedade; da partilha. Para Gutiérrez (1986, p. 201) a utopia “leva para a frente, é projeto para o futuro, fator dinâmico e mobilizador da história.”.

Então, pretende-se abordar nesse artigo o fragmento do texto sagrado “Venha o teu Reino” a partir de olhares: (1) que o evangelista Mateus utilizou o texto sagrado para denunciar as *praxis* violentas que estavam sendo impostas pelos dominadores aos membros de sua comunidade¹; (2) que a utopia jesuânica de Reino de Deus era antagônica ao Reino dos homens formatado simultaneamente pela dominação romana e a dominação dos autóctones que aderiam ao poder externo.

Estrutura-se o desenvolvimento da abordagem em três seções. Com a primeira seção - “Entendendo os contextos” - mostra-se que as violências denunciadas pelo evangelista tinham a sua gênese (origem) e eram as consequências legadas de um longo período de dominação. Pois, para manter o *status quo* vigente, uma elite minoritária apoiada por Roma durante quase dois séculos, exauria a economia local extorquindo da base da pirâmide os ativos produzidos por ela. Na seção seguinte aborda-se o Reino de Deus como uma categoria construtora e fomentadora da paz, da justiça, da reparação dos erros e das *práxis* da misericórdia, da solidariedade e da partilha. Por último mostra-

¹ O foco-alvo da abordagem é a comunidade mateana fundada depois dos anos 70 d.C. No entanto, para melhor entendimento do *Sitz im Leben* (situação vital) daquela comunidade, busca-se conhecer as categorias que ao longo dos anos anteriores a sua fundação formataram a situação vivencial dos mateanos.

se que o Reino dos homens se organiza e é estruturado a partir do instituto do poder. A violência é um dos mecanismos que sustenta o Reino dos homens. Ela, entre outros institutos, é legitimada pela religião. Entende a categoria poder a partir de Bauman (2003, p. 40-41):

O poder consiste na tomada de decisões e pertence aos que as tomam. E assim o poder pertencia aos gerentes. [...] O poder moderno dizia respeito antes e a acima de tudo à capacidade de gerenciar pessoas, de comandar, de estabelecer as regras de conduta e obter obediência a essas regras.

E, de violência, em Santos (2002, p. 23) que comenta:

Em seu conjunto podemos considerar a violência como um dispositivo de poder, em que se exerce uma relação específica com o outro mediante o uso da força e da coerção: isto significa estarmos diante de uma modalidade de dispositivo que produz um dano social, ou seja, uma relação que atinge o outro com algum tipo de dano.

Complementado por Aubrée (2004, p. 173-4):

A violência definida por Françoise Héritier como “qualquer ameaça de natureza física, ou psíquica susceptível de gerar o temor, o deslocamento, a infelicidade, o sofrimento ou a morte de um ser animado”, está de uma forma ou de outra inserida em todos os sistemas religiosos.

Sintetizando... o objetivo desta análise é mostrar que a “Oração do Pai nosso” evidencia que a injustiça social é uma construção de diversas instituições: governo, civil, religioso etc. Logo, estas instituições se acomodam às circunstâncias vigentes e delas tiram vantagens. Em vista disso, elas não têm interesse em articular mudanças pró-desmarginalizações. A metodologia utilizada nesta pesquisa valeu-se da revisão bibliográfica e dos métodos de interpretação histórico-crítico e sociológico a partir da leitura conflitual.

2 Texto sagrado: Evangelho de Mateus capítulo 6, versetos 9-10

Transcrevo da Bíblia pastoral em sua literalidade parte do texto acima:

“⁹ Portanto, rezem assim: ‘Pai nosso, que estás nos céus, santificado seja o teu nome, ¹⁰ venha o teu Reino [...]’”

3 Entendendo o contexto²

As violências que afetavam a comunidade mateana tinham a sua gênese na dominação imposta por Roma, pelo viés da ideologia para a manutenção da paz aos povos conquistados, conhecida como a *Pax Romana*. Roma garantia a paz aos seus súditos desde que houvesse submissão e fidelidade deles ao Império (FERREIRA, 2011).

Os romanos tinham dois interesses bem definidos em relação aos povos conquistados por eles -, o poder e as suas moedas em forma de impostos. Assim, para que essas metas fossem alcançadas os césares nomeavam alguns indígenas da sua confiança para fazer a gestão dos seus interesses nos territórios conquistados (os autóctones). Logo, dava-se aos nativos nomeados poderes irrestritos para que eles defendessem os interesses do Império. Entende-se que essa metodologia foi a melhor forma encontrada por Roma para administrar e manter a dominação sob controle, pois a geopolítica imperial além de ser muito extensa, nela havia uma diversidade cultural complexa. Portanto, pelo braço dos autóctones, Roma se fazia representada em todos os rincões do Império. Dessa forma, ela conseguia que os seus coligados dessem o melhor de seus esforços para cumprir as metas determinadas por ela. No entanto, é óbvio, que os outorgantes do poder esperavam dos seus outorgados: (1) lealdade absoluta ao Império e as suas ideologias; (2) o envio máximo de tributos e (3) a manutenção de uma ordem social submissa a Roma. Enfim, para que os interesses de Roma fossem alcançados os representantes do Império estavam autorizados a usar meios violentos.

“Venha o teu Reino” é uma oração comunitária que denunciava as *práxis* violentas que eram utilizadas por Roma e por seus agentes locais ao longo da dominação da Palestina (os herodianos, os publicanos, os religiosos, os aderentes ao poder etc.). O foco destes consistia em: (1) cumprir as metas ideológicas e fiscais impostos pelo sistema imperial romano; (2) acumular para si os ativos extorquidos da população de baixa renda. Segue com parte da tecitura de como isso foi articulado, construído e fomentado ao longo do tempo.

A *Pax Romana* deixava aos povos conquistados um legado de desordem e devastação. Em decorrência das exigências econômicas que eram impostas pelo Império o povo estava sobrecarregado de dívidas, com fome, atormentado etc. Então, o dominado e a dominada que resistisse à “Nova Ordem” corria o risco de ser massacrado, escravizado e também de ter a sua casa e a aldeia onde morava destruídas.

Roma cobrava impostos de quase tudo. O sistema tributário imperial era insaciável e dele era difícil de escapar. O Império precisava dos recursos provindos dos impostos para: (1) bancar a pompa da cidade de Roma; (2) manter as legiões militares disseminadas nas fronteiras do Império; (3) executar o arrojado programa de construções dos césares (as estradas, as colônias etc). Dessa forma, o custo imperial era alto e, por isso, além dos impostos ‘normais’ como os de: (1) circulação de mercadoria; (2) alfandegários; (3) pedágios; (4) rendas etc.; não faltava criatividade aos dominadores para inventar novos impostos. Em vista disso, havia regiões no Império que cobravam imposto de quem era solteiro (RICHTER REIMER, 2006) e, em outras regiões, a

² Este tópico originou-se parcialmente do primeiro capítulo da dissertação de mestrado de Rubens Alves Costa intitulada: A justiça social no sermão escatológico de Mateus 25,34-36.40 com ênfase na categoria forasteiro. Aprovada pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Ciências da Religião da PUC Goiás em março de 2017.

prostituição era tributada (RICHTER REIMER, 1999). Em suma, em decorrência da altíssima carga tributária que era imposta aos dominados estes não estavam mais conseguindo pagar os impostos exigidos. E, assim, eles perdiam as suas casas e as suas terras. Pai, mãe, filhas e filhos eram vendidos como escravos e escravas para saldar a dívida com o fisco romano e o local (WENGST, 1991).

Além dos abusos fiscais do Império o povo tinha que se sujeitar à exploração dos coletores locais que provavelmente eram seus vizinhos. Israel estava minada de agentes cobradores de impostos privados (KOESTER, 2005). Estes coligavam aos poderosos e corruptos publicanos. Usualmente, eles cobravam mais do que devia ser cobrado e assim a espiral da miséria social aumentava. A maioria dos minifúndios era ‘perdidos’ porque os seus proprietários não conseguiam a produção e as rendas suficientes para cumprir com as exigências tributárias decorrentes deles (RICHTER REIMER, 1999).

Enfim, sem terras, as famílias eram obrigadas a se acomodar em bolsões de miséria, uma condição que provocava doenças físicas e mentais, fome, desesperança, prisão etc. Em polo oposto, é óbvio que o cidadão romano gozava de privilegiadas isenções e assim mal pagava os seus impostos (ARENS, 1997). Por conseguinte, foi a partir desse contexto caótico que Jesus, em seu tempo, denunciou por meio da “Oração do Pai nosso” as violências que Roma e seus aderentes utilizavam para conseguir os ativos necessários para bancar as atrocidades imperiais. Mais tarde, por volta dos anos 80-85 da era comum o evangelista Mateus relê o dito jesuânico com o propósito de denunciar, por meio dele, os ataques de violência sociocultural e religiosa que a sua comunidade estava sofrendo

Herodes, o magno, era o rei dependente favorito do imperador Augusto (HORSLEY, 2004). A Palestina foi governada por ele de 37 a 4 a.C. Ele era um hábil político e quando precisava; era astuto e sagaz. Herodes usava a sua lealdade a Augusto (Otaviano) como uma estratégia para manter-se no poder. Suas bajulações a favor do imperador e de membros da corte imperial não tinham limites. Obviamente que foi isso e outras atrocidades que garantiram a ele um longo reinado de 36 anos em Israel.

O rei Herodes executou um projeto arrojado de construção civil na Palestina. Suas obras eram construídas para se perpetuarem na história. Obviamente que as construções eram feitas com mão de obra escrava (KAEFER, 2012). O rei-nativo utilizava as suas construções para homenagear o imperador e as pessoas próximas ao soberano. Onde outrora foi a antiga capital do Reino do Norte o rei construiu a suntuosa Sebastos (tradução grega de Augusto). A arquitetura de Sebastos era em estilo grego e com isso ele também colhia louros com os helênicos. Na costa mediterrânea da Palestina foi construída a cidade portuária de Cesaréia para que com ela César Augusto fosse novamente homenageado. A partir de então, Cesaréia passou a ser o porto mais importante da região e a futura sede do governador romano (KOESTER, 2005). No entanto, os recursos financeiros para a execução e a manutenção desses projetos, os quais davam sustentabilidade para mantê-lo no poder, não provinham do tesouro particular de Herodes e nem de repasses financeiros enviados por Roma. Mas, como ocorre em cenários de dominação, os recursos eram captados e/ou extraídos do povo. O povo bancava sozinho as megalomanias bajuladoras de Herodes (KOESTER, 2005). Então, durante o longo reinado de Herodes os ativos da população de baixa renda eram extorquidos violentamente e isso provocou exaustão econômica na base da pirâmide (HORSLEY, 2004).

A dinastia herodiana retomou a política agrária do período helenístico (os selêucidas gregos) e dos romanos, que consideravam a terra como uma propriedade e

também um domínio do governo. Os pequenos agricultores eram expulsos de suas terras e o rei-nativo amparado por Roma confiscava enormes áreas produtivas. Dessa forma, os herodianos privilegiavam a formação de latifúndios. É certo que a adoção dessa política agrária contribuía para diminuir o número de camponeses proprietários de terras. Em outro polo, a grande extensão de terras controladas pelos herodianos e os seus coligados possibilitava a estes manipular a economia da região. A partir de então, cada vez mais, o solo era cultivado por arrendatários diaristas e escravos submissos ao grupo herodiano. Logo, o surgimento de um estado generalizado de pauperização (pobreza) e a formação dos bolsões populacionais de miséria foi a consequência natural da política agrária fomentada por Herodes que, sobretudo privilegiava os latifundiários (STEGEMANN; STEGEMANN, 2004).

Então, sem terras para produzir, em uma economia essencialmente agropastoril, só restava à maioria da população passar fome e ser reduzida à escravidão análoga, morar em bolsões de miséria, praticar banditismo, prostituir-se etc.

Herodes, o magno, morreu no ano 4 a.C. Seus filhos seguiram os passos do pai. Eles se apropriavam indevidamente dos bens e do dinheiro do povo. Herodes Antipas levou adiante o programa de construção de seu pai ampliando Séforis e construindo Tiberíades para bajular o imperador. Felipe imitou o irmão. Dessa forma, ele bajulou o imperador dando o nome de Cesaréia ao castelo que ele construiu para ser a sua residência oficial e também, expandiu Betsaida rebatizando-a de Júlia. Júlia era o nome da filha do imperador Augusto. Portanto, quase nada mudou. As *práxis* dos sucessores de Herodes eram violentas. Elas construíam e fomentavam misérias e a injustiça social. Enfim, os filhos de Herodes não se preocupavam com a implementação de programas voltados para atendimento do social.

Por último, o segmento religioso e os seus coligados do Supremo Tribunal de Israel - o Sinédrio - também cometiam violências contra os seus patrícios.

No primeiro século d. C. os camponeses da Judéia, os samaritanos e os galileus estavam sujeitos a três níveis de autoridade e às exigências econômicas depreendidas deles: os tributos aos romanos; os impostos aos herodianos; os dízimos e as oferendas ao Templo-Estado de Jerusalém (HORSLEY, 2004). As exigências do Templo abor-dam-se a seguir.

A condição de *Religio Licita* (religião licenciada), concedida aos judeus por Roma, permitia que os sacerdotes do Templo-Estado de Jerusalém continuassem cobrando o imposto religioso do povo. Este correspondia aos dízimos instituídos na Lei Mosaica (SALDARINI, 2000). A permissão para a cobrança tinha validade tanto para o território palestino como também para qualquer local do Império onde os judeus se encontrassem em diáspora (FERREIRA, 2009). Portanto, provavelmente, era uma arrecadação tributária de grande monta, digna de consideração!

No entanto, a *Tanakh* (Bíblia Hebraica) determinava que parte dos impostos arrecadados fosse destinada ao fomento de causas sociais como, por exemplo, na assistência aos pobres, doentes, órfãos, viúvas e estrangeiros (Dt 26,12-13). Porém, não era isso que os sacerdotes saduceus do Templo-Estado faziam com as moedas arrecadadas do povo. Ao contrário, a disposição deles era para o acúmulo pessoal. Cita-se como exemplo as pesquisas arqueológicas que foram realizadas em Jerusalém, nas áreas onde os sacerdotes residiam, como denunciadoras do requinte das mansões construídas por eles (HORSLEY, 2004). Então, conclui-se que os recursos que deveriam ser canalizados para atenuar as desigualdades sociais estavam sendo canalizados para o enriquecimento e a luxúria dos religiosos. Em suma, a disposição deles não era para as causas

sociais que envolviam a partilha solidária e sim, para expedientes que garantissem a maximização patrimonial e a manutenção dos seu *status quo*.

Entende-se ser oportuno destacar que os governadores romanos tiravam proveito do poder que eles detinham para nomear os sumo-sacerdotes. A benesse da nomeação ao cargo de sumo pontífice criava um vínculo de fidelidade e uma relação de débito permanente para com a autoridade romana detentora do poder de nomeação (HORSLEY, 2004). Nessa perspectiva, o dominador externo provavelmente exigia que os religiosos lhe fizessem pagamentos periódicos de mesadas. A manutenção do longo mandato do sumo-sacerdote Caifás (18-37 d.C.), pela autoridade romana, sugere a existência desse expediente. Então as moedas que deveriam ser usadas para ajudar os pobres eram utilizadas para enriquecer os romanos. O favor imperial servia também para comprar o silêncio dos sacerdotes quando isso se fazia necessário. Em vista disso, os religiosos não podiam se posicionar ao lado daqueles que estavam às margens da sociedade quando estes sofriam violências providas dos poderosos. Enfim, o povo estava sem a voz profética para defendê-los e abandonados pelas autoridades autóctones que acima de tudo eram seus irmãos compatriotas.

4 O reino de Deus: reino de justiça³

Então, por que o anseio da vinda do Reino? Entende-se que o Reino de Deus, na lógica jesuânica, atenuaria as barbáries contra o povo em circunstâncias de marginalização.

Jesus articulava uma perspectiva de reino totalmente diferente da perspectiva articulada pelos agentes da dominação. A hermenêutica de reino para os dominadores consistia na manutenção de um sistema violento e cruel, legitimado por uma falsa ideologia pacificadora, que ao seu cabo, somente fomentava a injustiça social. Em outro polo, para Jesus, reino era praticar as obras providas da justiça misericordiosa do Reino de Deus. Portanto a utopia jesuânica de reino era antagônica ao Reino que foi formatado simultaneamente pela dominação romana e a dominação autóctone que aderiu ao poder externo.

Desse modo, o evangelho de Mateus é estruturado a partir das categorias reino e justiça. Essas categorias são os centros organizadores do evangelho e também a meta pedagógica de Jesus e do evangelista. Justiça na percepção mateana era praticar obras de “caridade” e “misericórdia”. Os judeus e as judias que praticavam essas categorias sociorreligiosas eram considerados pelo Evangelista Mateus superiores aos escribas e aos fariseus e, também, os verdadeiros cidadãos e cidadãs do Reino dos céus (Mt 5,20). Portanto, justiça no imaginário judaico-mateano era uma categoria mantenedora de simetrias e bem-estar social. No Sermão da Montanha (capítulos 5-7) onde a “Oração do Pai nosso” foi inserida há uma enfática orientação para que os discípulos exerçam uma justiça diferente da justiça dos seus pares relacionais que era focada no cumprimento da lei e não em obras de caridade

³ Este tópico e o seguinte originam-se parcialmente do capítulo 2 da tese para doutoramento de Rubens Alves Costa, em elaboração, no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Ciências da Religião da PUC Goiás com o título: “Buscai em primeiro lugar a justiça de Deus: Mt 6,33”.

Enfim, para o evangelista Mateus, a justiça não era somente uma meta religiosa, mas também, sócio comunitária. Ao praticá-la os membros da comunidade construíam e fomentariam a justiça social. Nesse tópico, aborda-se o Reino de Deus como uma categoria fundamentada na justiça para a promoção da paz, da reparação dos erros a partir de *praxis* misericordiosas e também, da solidariedade e da partilha.

A justiça do Reino de Deus é misericordiosa: ela organiza, repara e cura a sociedade.

4.1 A justiça organiza

Justiça é uma categoria universal. Ela está presente em todas as culturas e é essencialmente estruturante de igualdades. As sociedades do passado e as contemporâneas organizam-se a partir do estado de justiça. A existência humana anseia por ela e o desejar justiça grassa nos ambientes sociais construídos pelos humanos e humanas. Dessa forma, a justiça exerce funções sociais. Entende-se que a principal função social da justiça é a extirpação das construções de assimetrias. Onde a justiça está presente, a pobreza não é potencializada, tampouco a fome e a miséria. Uma sociedade orientada pela justiça é simétrica e nela as *práxis* geradoras de desigualdades não avançam. Assim, as convulsões sociais da atualidade são consequências da ausência de justiça nos contextos em que essas convulsões ocorrem.

Observações empíricas mostram-me, *a priori*, que a assimetria entre os ricos e os pobres está em um curso de expansão dinâmica sem nenhuma perspectiva de reversão. Isso só amplia as desigualdades entre as pessoas e as nações. Assim, independente do formato cultural (se oriental ou ocidental) a cada dia aumenta mais a fenda que divide os ‘desenvolvidos’ dos ‘não desenvolvidos’. E, como consequência dessa conjuntura, observo também empiricamente, um aumento de grupos, etnias e nações sendo ‘empurrados’ para vivências caóticas. Os movimentos migratórios atualmente em curso, como por exemplo os dos sírios e os conflitos urbanos nos bolsões de miséria (nas favelas do Rio de Janeiro) são recortes de segmentos da sociedade em estado de caoticidade.

Dessa forma, entende-se que a justiça do Reino de Deus, ensinada no Evangelho de Mateus, é um mecanismo de organização da sociedade para a igualdade. Entende-se isso porque a lógica seguida por ela está vinculada ao formato *primus inter pares* (primeiro entre os iguais). E assim, as assimetrias que causam fome, miséria, marginalização etc. não são fomentadas neste formato.

4.2 A justiça repara

A justiça repara a sociedade quando ela exerce o papel de agência denunciadora de relações de dominação. No entanto, entende-se que a justiça do Reino de Deus não tem a mesma natureza da justiça retributiva vinculada ao código de Hamurabi – “Dente por dente, olho por olho”. Ao contrário, a natureza dela deverá ser misericordiosa e ocorrer em dois estágios. O primeiro estágio acontece quando se fazem rupturas com sistemas focados na injustiça e nos seus derivativos (o egoísmo, a opressão, o cerceamento da liberdade, o neoliberalismo etc.). E, o segundo, em polo oposto, quando a justiça é comprometida com a simetria social, a fraternidade, a partilha etc em favor de humanos e humanas independente de suas etnias, cor, crenças etc. Nessa perspectiva,

menção-se os profetas bíblicos como bons exemplos de articuladores da justiça reparadora. Em suas prédicas eles denunciavam as injustiças do seu tempo. No entanto, a maior colaboração que eles prestavam para a sociedade era intimar os pecadores, naquele contexto os dominadores, os tiranos etc, ao arrependimento e à reparação das injustiças cometidas (Dt 24,10-15).

Fico perplexo com a indiferença dos agentes governamentais, da sociedade civil e principalmente dos religiosos em relação às circunstâncias injustas. Ressalvando as raríssimas exceções não vejo nessas categorias interesse na implantação de políticas reparadoras e consequentemente erradicadoras das assimetrias sociais. Ao contrário, percebo nos seus programas sociais um vazio de políticas sociais que, se adotadas, neutralizariam tanto o surgimento como também o fomento das desigualdades na sociedade.

Em suma, questiono porque não há empenho e nem esforços destes segmentos para reparar e erradicar as injustiças. Os mecanismos responsáveis pela construção e o fomento das injustiças na sociedade como por exemplo a concentração de riquezas e o domínio agrário são historicamente conhecidos. No entanto, o campo religioso fecha os olhos para essas realidades injustas. E assim a parceria histórica entre a religião e a violência continua cada vez mais atuante (AUBRÉE, 2004). Enfim, onde está a voz profética para denunciar a falta de justiça? Incomoda-me o silêncio das ‘grandes’ confissões religiosas nos dias atuais quando o assunto é reforma agrária, salários justos, mundo sustentável etc. Em dimensão idêntica, o Estado não cumpre o seu papel de agência implementadora de políticas propulsoras de equidade distributiva que assegurem uma condição de justiça social (COSTA, 2015).

4.3 A justiça cura

A justiça cura a sociedade quando ela se transforma em um mecanismo pedagógico para educar o ser humano, para ser humano. Parte-se do pressuposto que ser humano é ser bom. E, a partir dessa perspectiva, a conduta humana deve ser orientada para a benevolência, a compaixão, a misericórdia e a abertura para o próximo (KÜNG, 2004).

O Evangelho de Mateus denuncia uma sociedade doente física e emocionalmente. As ansiedades e as aflições da alma em que se encontravam os membros da comunidade que eram liderados pelo evangelista eram consequências da dominação. Em vista desta condição, as suas relações interpessoais, com grande probabilidade, estavam sendo articuladas para o egoísmo, os acúmulos desnecessários, a indiferença em relação ao próximo. Por isso, havia no meio deles: a fome; a sede; a falta de roupas (Mt 6,25). Então, para curar e ao mesmo tempo corrigir o mal sociocomunitário, o escritor Mateus prescreveu para a sua comunidade: (1) simetria; (2) paz; (3) solidariedade; (4) partilha; (5) caridade; (6) bem-estar social. Ou seja, os valores do Reino e da justiça de Deus (Mt 6,33).

Por último, no evangelho mateano (capítulos 8-9), mostra-se que a justiça do Reino de Deus, articulada por Jesus, além de libertar, curava os pobres e os oprimidos que eram massacrados pela minoria dominante. Assim, com uma série de curas, envolvendo diversos tipos de doenças físicas e mentais, o taumaturgo Jesus libertava mulheres e homens que estavam sofrendo brutalmente nas mãos de dominadores externos e internos (STORNILO, 2011).

5 O nosso reino: livrai-nos dele!

O Reino que “os nossos pais nos legaram” não é nada semelhante ao Reino utópico idealizado por Jesus. Ao contrário, assemelha-se cada vez mais com o Reino dos homens. Em nossos dias ele não é mais chamado de reino e sim de Império. Passados mais de dois mil anos, o Reino e/ou Império que hodiernamente nos é imposto além de ter assimilado o *modus operandi* dos dominadores do passado ampliou ainda mais os seus mecanismos de dominação. Antes, dominava-se pela violência das armas. Atualmente a dominação é articulada pelo viés das ideologias que dão sustentação ao Império. No entanto, quando, as ideologias coercitivas não são suficientes para se impor, então recorre-se ao velho uso das armas. Esse tópico abordará o Império a partir da perspectiva de que as ideologias relacionadas a ele são os atuais agentes de dominação.

O Império que hoje se impõe como o Senhor absoluto do mundo trata-se em suma da construção de subjetividades culturais que têm como fim último propor positivamente um formato político que seja facilitador de *praxis* do domínio econômico sobre todos os povos. Ou seja; a construção de um *ethos* de conformação ao governo e ao poder em favor de elites (MÍGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012).

Dessa forma, a “mentalidade imperial” trata-se da convergência e à conformação aos poderes econômicos, políticos, culturais, militares, religiosos etc. impostos pelo Império. Por meio destas categorias os poderosos do Império controlam os fluxos dos benefícios dos ativos econômicos e financeiros e consequentemente mantêm os povos sob dominação. Entende-se que os atuais blocos econômicos são as melhores representações da categoria Império na hodiernidade.

Na lógica do Império atual não há espaço para um projeto humanizador. Nele, as pessoas não são protagonistas das suas existências. Longe disso, elas se convertem em interesses daqueles que as dominam. É óbvio que isso constrói desequilíbrios, descontroles e desmesuras, além de inviabilizar os espaços sociais e a abertura para as dissensões, a alteridade e o antagonismo. No entanto, entende-se que uma das maiores crueldades imposta pelo Império (e o imperialismo) é quando este substitui a política pela economia. Quando isso acontece as pessoas sem potencial economicamente ativas são automaticamente estigmatizadas como refugio social.

Por último, destacam-se entre outros, dois mecanismos ideológicos sustentadores do Império –, o capitalismo e o neoliberalismo. O capitalismo por estar relacionado com o dinheiro e o poder. E, o neoliberalismo por ser atualmente o maior fomentador do egoísmo.

O mundo atual incorporou no seu *ethos* e elegeu o capitalismo como a melhor categoria para organizar a sociedade (MIGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012). Ele é um sistema estruturado na acumulação e na maximização infundável de lucros (WALLERSTEIN, 1999). Desta forma, para mantê-lo em plena expansão (funcionando) é condição *sine qua non* que uns ganham enquanto os outros perdem. Ou melhor, como ocorre na quase totalidade dos eventos onde: poucos ganham e a maioria perde. E, quando essa metodologia perde a sua potência o mundo capitalista entra em colapso. Então, entende-se que para manter a máquina capitalista em funcionamento implica em aumentar as diferenças entre os humanos. Por isso, que o capitalismo é denunciado como o responsável pela estratificação social e consequentemente o principal gerador da injustiça social (FERNANDES; GONÇALVES, 2015).

Atribui-se ainda ao capitalismo a responsabilidade final: (1) pela concentração de rendas; (2) pela exacerbação das desigualdades entre as nações; (3) as agressões

contra a ecologia; (4) o aniquilamento das capacidades morais, afetivas, estéticas e intelectuais quando estas são impedimentos para a expansão do capital. Enfim, o capitalismo, não respeita nenhuma tradição sejam elas éticas, culturais, ecológicas etc. Em suma, o capitalismo só consegue sobreviver gerando crises sociais e econômicas intensas (LIPOVETSKY; SERROY, 2015).

Finalizando, menciona-se a onda neoliberal dos nossos dias como um instrumento de dominação. Um dos principais fundamentos do neoliberalismo é o individualismo. Sendo assim, como realmente o é, essa ideologia é contraditória à solidariedade, à partilha e ao cuidado com o próximo. Pois, ao fundamentar-se em categorias como o individualismo ela nega vínculos com o outro que sempre é visto como um competidor e jamais como um próximo (MIGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p. 35). Dessa forma, teóricos como F. Hayek⁴ afirma que o liberalismo é a única categoria socioeconômica que tem possibilidades para a realização da vocação humana pelo fato da natureza humana ser potencialmente egoísta. É certo que o egoísmo e/ou individualismo têm sido categorias determinantes para a consolidação da ideologia neoliberal nas principais economias dos nossos dias. O neoliberalismo é uma versão atualizada do liberalismo econômico clássico. Em suma, o neoliberalismo é uma *práxis* ideológica que quando articulada provoca rupturas com a solidariedade, a justiça social, a lógica comunitária, a partilha etc. Enfim, não é sem propósito que o neoliberalismo foi eleito e imposto, pelo Império, como o melhor modelo econômico.

6 Considerações finais

Pretendeu-se com esse artigo abordar o fragmento “Venha o teu Reino” citada na literatura sagrada mateana a partir da perspectiva que o escritor Mateus utilizou o seu escrito para denunciar as violências cometidas pelos dominadores internos e externos na geopolítica onde a sua comunidade estava inserida. Mostrou-se que a dominação externa provinha do Império Romano. Roma subjugava os povos conquistados pelo viés dos impostos. E, apoiada na ideologia da *Pax Romana* impunha uma ordem social submissa aos interesses do Império. A dominação interna tinha como agentes executivos os indígenas locais nomeados por Roma. Os principais agentes autóctones eram os herodianos, os cobradores de impostos e os sacerdotes do Templo-estado de Jerusalém que foram sucedidos pelo rabinato na época da comunidade do Evangelista Mateus.

A partir do olhar que o fragmento sagrado foi elaborado para tratar de denúncias de relações de dominação mostrou-se que para isso o autor articulou a existência de dois Reinos. O primeiro (o Reino dos homens) protagonizado pelo Império Romano e seus agentes. Estes, através do uso da violência física e simbólica, conseguiam manter os povos conquistados em *status* de *pacificação*. No polo oposto, o Reino de Deus tratase da utopia articulada por Jesus – uma ordem fundamentada na paz provinda da justiça. Nela a justiça, a partilha e a solidariedade seriam categorias sempre presentes.

Demonstrou-se também a preocupação da abrangência que as categorias capitalismo e neoliberalismo têm no Império atual. Pois, entendeu-se que essas ideologias

⁴ Friedrich August von Hayek – Economista e filósofo austríaco naturalizado britânico conhecido por defender o liberalismo econômico clássico.

são antagônicas com a solidariedade, a justiça social, a lógica comunitária, a partilha etc.

Em suma, ficou evidenciado: (1) que a utopia jesuânica de implantar o Reino de Deus na dimensão profana ainda não foi realizada. Pois, as instituições, sejam elas governamentais, civis ou tampouco as religiosas, não estão se estruturando e/ou se organizando a partir da justiça social, da solidariedade, da partilha, da misericórdia etc. Portanto, elas não são agências do Reino de Deus aqui na terra; (2) que os Reinos mudam de nomes, mas não mudam de natureza. Antes dominava-se pelo viés do Império Romano. Nos dias atuais os blocos econômicos (os Impérios) são os protagonizadores das dominações. No entanto, tanto no passado como no presente os Reinos valem-se de métodos violentos para dominar a população global.

Agradecimento

Agradeço e dedico este artigo ao professor Dr. Luiz Felipe Cândido de Oliveira por ter-me ensinado, por meio de seu exemplo pessoal, o significado puro de igualdade.

Referências

AUBRÉE, Marion. Religião e violência numa perspectiva transcultural e transnacional: as violências múltiplas do religioso. In: PEREIRA, Mabel Salgado; SANTOS, Lyndon de A. (Orgs). *Religião e violência em tempos de globalização*. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 173-195.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

COSTA, Rubens Alves. *A justiça social no sermão escatológico de Mateus 25,34-36.40 com ênfase na categoria forasteiro*. 2017, 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

_____. O Sermão Escatológico do Evangelho de Mateus e a injustiça social. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 25, n. 3, p. 379-392, 2015.

FERNANDES, Lilian Queiroz de Souza; GONÇALVES, José Artur Teixeira. *O valor justiça no budismo humanista da Soka Gakkai*, Etic-Encontro de Iniciação científica. Toledo, Presidente Prudente -SP, v. 8, n. 8, p. 1-9, 2015. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewArticle/3672>. Acesso em: 19 set. 2017.

FERREIRA, Joel Antonio. *Paulo, Jesus e os marginalizados: leitura conflitual do novo testamento*. 2. ed. Goiânia: PUC Goiás; América, 2011.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

HORSLEY, Richard A. *Jesus e o Império: o Reino de Deus e a nova desordem mundial*. São Paulo: Paulus, 2004.

KAEFER, José Ademar. *Arqueologia das terras da Bíblia*. São Paulo: Paulus, 2012.

_____. *Arqueologia das terras da Bíblia II*. São Paulo: Paulus, 2016.

KOESTER, Helmut. *Introdução ao Novo Testamento, volume I: história, cultura e religião no período helenístico*. São Paulo: Paulus, 2005.

- KÜNG, Hans. *Religiões do mundo: em busca dos pontos comuns*. Campinas: Verus Editora, 2004.
- LIPOVETSKY, Giles; SERROY, Jean. *A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artístico*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- MÍGUEZ, Néstor; RIEGER, Joerg'; SUNG, Jung Mo. *Para além do espírito do Império: novas perspectivas em políticas e religião*. São Paulo: Paulinas, 2012.
- OVERMAN, J. Andrew. *O Evangelho de Mateus e o judaísmo formativo: o mundo social da comunidade de Mateus*. São Paulo: Loyola, 1997.
- RICHTER REIMER, Ivoni. Patriarcado e economia política. O jeito romano de organizar a casa. In: RICHTER REIMER, Ivoni (Org.). *Economia no mundo bíblico: enfoques sociais, históricos e teológicos*. São Leopoldo: CEBI; Sinodal, 2006. p. 72-97.
- _____. Perdão de dívidas em Mateus e Lucas: por uma economia sem exclusões. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana (RIBLA)*, Petrópolis, n. 33, p. 133-149, 1999.
- SALDARINI, Anthony J. *A comunidade judaico-cristã de Mateus*. São Paulo: Paulinas, 2000.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. Microfísica da violência, uma questão social. *Ciência e Cultura*, v. 54, n. 1, São Paulo, p. 22-23, Jun./Set., 2002.
- STEGEMANN, Ekkehard W.; STEGEMANN, Wolfgang. *História social do protocristianismo*. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulus, 2004.
- STORNILO, Ivo. *Como ler o Evangelho de Mateus: o caminho da justiça*. 11. ed. São Paulo: Paulus, 2011.
- WALLERSTEIN, Immanuel. A cultura como campo de batalha ideológico do sistema mundial moderno. In: FEATHERSTONE, Mike (coord.). *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Tradução Attílio Brunetta. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 41-67.
- WENGST, Klaus. *Pax Romana: pretensão e realidade: experiências e percepções da paz em Jesus e no cristianismo primitivo*. São Paulo: Paulinas, 1991.